

J. MATTOSO CAMARA JR.

HISTÓRIA E ESTRUTURA
DA
LÍNGUA PORTUGUESA

2.^a edição

PADRÃO — LIVRARIA EDITORA LTDA.
RIO DE JANEIRO / 1976

(cf.: *fluir* "correr (um líquido)": *fruir* "gozar") e a língua literária tem casos até de variação livre (cf.: *frecha* ao lado de *flecha*). A vibrante /r/ apresenta uma variante velar (vibração da raiz da língua no fundo da boca) ou mesmo uvular (vibração da úvula), que chega a evoluir para uma mera fricção gutural (muito comum no Rio de Janeiro). Enquanto a /l/, ele é velar em posição pós-vocálica³⁴); e essa velarização, no português do Brasil, mesmo na pronúncia cuidada das classes educadas se aproxima perigosamente da produção de um /u/ assilábico, que anula praticamente oposições como *mal* : *mau*, *alto* : *auto* (abreviação normal de *automóvel*), *vil* (adj.): *viu* (verbo *ver*) e assim por diante.

Em referência a inovações de variantes posicionais, é particularmente notável, numa apreciável área do Brasil, dentro da língua padrão, um africamento de /t/ e /d/ diante de /i/ tônico, em virtude do qual a consoante oclusiva termina numa constrição médio-palatal com leve chiado (*tio*, *dia*, etc.).

Na realidade, está se desenvolvendo, tanto em Portugal como no Brasil, certo contraste entre a pronúncia popular e a pronúncia normal, e a segunda resiste mal ao impacto da primeira com repercussões ao sistema fonológico das consoantes. Há pelo menos multiplicação de variantes posicionais, que alteram as suas relações dentro do quadro; é evidente, por exemplo, que a vocalização do [ʔ] velar reduz a distribuição da consoante e que o [r_v] uvular, ou, ainda mais, a mera fricção gutural desmancha a relação fonética entre os dois /r/ portugueses.

IV. A ESTRUTURA SILÁBICA

11. A estrutura da sílaba em latim

A sílaba, entidade fonológica que se cria pela íntima concatenação dos fonemas na corrente da fala, é uma unidade funcional,

³⁴ Em certas áreas, mesmo em posição intervocálica (embora talvez, antes, pós-palatal), como em Lisboa, por exemplo, onde, ao contrário, /l/ pós-vocálico final fica dental e ganha um apoio vocálico; este último fenómeno se verifica em certas áreas do dialeto sulino do Brasil, também.

de segundo grau a partir dos fonemas. É ela, com efeito, que distribui a função de cada fonema dentro de uma enunciação. O fonema que é o centro dessa unidade secundária, ou silábico, era sempre em latim uma vogal. A sílaba pode se resumir no silábico (sílabas simples) ou conter fonemas consonânticos, em tensão crescente até a vogal silábica, bem como outros, de tensão decrescente, em seguida a ela. A ausência ou a presença de fonemas pós-vocálicos decrescentes estabelece, respectivamente, os dois tipos de sílaba (complexa — livre (lat. *a-*, em *amare*, ou *da-* em *dare*) e travada (lat. *est*, ou *dat*)).

Diz respeito à tipologia silábica de cada língua a existência, ou não, de fonemas assilábicos decrescentes³⁵), e o número e a natureza e ordem possível desses fonemas.

Em latim havia, além das sílabas simples e livres, sílabas travadas por consoante de qualquer espécie. Eram, raras, porém, as sílabas com vogal assilábica, cuja reunião à vogal silábica constitui o que tradicionalmente se chama "ditongo". A língua escrita apresentava os grupos de letras *ae* e *oe*, que muito cedo, mesmo dentro do latim clássico, se enunciavam como /e/ e no latim vulgar sofreram, respectivamente, a evolução do /ě/ e do /ē/. Um ditongo decrescente /au/, escrito *au*, apresentava uma variante livre /o/, que a disciplina gramatical rejeitava mas muito cedo se tornou preponderante em Roma e grande parte da România. Com vogal silábica crescente havia apenas /u/ depois de oclusiva posterior (na escrita *qu-*, *gu-*), mas era também um ditongo instável e na própria língua clássica havia hesitação entre /k/ e /ku/ (cf. *cotidie* e *quotidie* e a pronúncia de *quis* como /kis/, que um gramático latino consigna)³⁶).

A vogal silábica podia ser travada por qualquer consoante, oclusiva, constrictiva, nasal ou líquida; e a sibilante podia se seguir a essa consoante de travamento (*nox*, /noks/, *urbs*, *mens*, *ars*).

³⁵ As sílabas simples e livres (com uma única consoante crescente) são gerais nas línguas do mundo, como também as que logo domina, em qualquer língua, a linguagem infantil (cf. Jakobson, 1941). Para a discussão da teoria da sílaba, cf. Câmara, 1964.

³⁶ Há também a hipótese de *qu-* ser um dígrafo para representar uma oclusiva velar labializada distinta de /k/, indicada por *c* (cf. Sturtevant, 1941, 169).

Por outro lado, a geminação consonântica, entre vogais, estabelecia o travamento da primeira vogal, pois a fronteira silábica ficava no meio da consoante (cf. Brugmann, 1905, 37).

Na parte crescente da sílaba, em direção ao silábico, a língua admitia o chamado grupo de *muta cum liquida* (isto é, a constrictiva labial ou uma oclusiva seguida de /l/ ou /r/) e (não necessariamente crescente) a sibilante seguida de uma oclusiva³⁷⁾; em posição inicial esse grupo criava o s “impuro”, isto é, um /s/ crescente seguido de oclusiva (*speculum, stare, scopulus, smaragdus*). No grupo de *muta cum liquida*, entre vogais, havia variação livre na demarcação silábica: a língua literária admitia o uso facultativo do latim vulgar de fazer a fronteira silábica entre a “muta” e a líquida (por exemplo, *in-teg-rum* em vez de *in-te-grum*) o que teve repercussões nas línguas românicas³⁸⁾.

12. A evolução da estrutura silábica

As duas grandes tendências da língua, aceitas plenamente pelo latim vulgar em sua evolução, foram no sentido de desfazer o grupo crescente de s “impuro”, tornando-o decrescente apoiado num emergente /i/ breve precedente (istare, etc.) e de reduzir, ou em certos casos, eliminar as sílabas travadas.

Consideremos, em primeiro lugar, as sílabas travadas finais.

O processo de eliminação do travamento consonântico começou pelas nasais.

A nasal labial final se esvaiu muito cedo, salvo em certas partículas monossílabas como a preposição *cum* (port. *com*). A consequência foi, na morfologia nominal, o desaparecimento da desinência -m do acusativo singular: *lupu*, em vez de *lupum*, e *rosa*, em vez de *rosam* e em homonímia com o nominativo *rosa*, por exemplo. A

37) Isso pressuporia entre vogais uma silabação, por exemplo: *fa-stus*, que a métrica, considerando longa a sílaba precedente com vogal breve, desmente. Em todo caso, com três consoantes o grupo crescente é o provável (*in-sta-re, per-spi-ci-o*, etc.).

38) Por isso, na métrica podia ser considerada longa a sílaba precedente com vogal breve como o /e/ de *integrum*, resultando a pronúncia grave do vocábulo nessas condições; a mudança de posição do acento não foi o fato primário, mas simples consequência de uma mudança de silabação.

nasal dental final, menos freqüente, teve em seguida a mesma sorte: resistiram partículas monossílabas, como a preposição *in* (port. *em*).

Em alguns romances, entre os quais o lusitânico, houve eliminação análoga das oclusivas. Uma preposição como *süb* deu port. *arc, so* (a forma *sob*, que se pronuncia /sóbi/, só contrastando com *sobre* pela ausência de /r/, resultou de um artificialismo da língua escrita do séc. XVI, para aproximar a imagem gráfica das formas portuguesa e latina, com a consequência de que a letra -b acabou por valer como fonema³⁹⁾. Das oclusivas em posição final era especialmente freqüente a dental /t/, como desinência verbal de 3.^a pessoa singular; daí, ter ficado, em regra, zero (ϕ) essa desinência em português: *amat > ama, amabat > amava*, etc. Igualmente a conjunção *et* passou para *e*, a preposição *ad* para *a*.

Ficou assim estranho à fonologia portuguesa o travamento por oclusiva final. Em certas onomatopéias, que a língua escrita representa com -c final, por exemplo, há na realidade um /k/ crescente, apoiado na vogal anterior do quadro vocálico átono final: *tic-tac*, para o ruído do relógio, ou *toc-toc*, para o patear de calçadouras, têm 4 sílabas, como exemplificam os seguintes versos hendecassílabos do poeta português⁴⁰⁾.

“Toc-toc-toc, como se espanja/Lindo, o jumentinho pela
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 1 2 3 4 5 6 7
estrada chã!”
8 9 10 11

É esta a estrutura que adquirem os empréstimos de formas com travamento de oclusiva, bem como as acrografias e abreviaturas modernas da língua administrativa ou comercial⁴¹⁾.

39) Outro exemplo da ação da escrita erudita sobre a pronúncia é o de palavras do tipo *digno, benigno*, que em *Os Lusíadas*, escritas embora com g, rimam com *Alcino, divino* etc. (cf. Guimarães, 1919, est. II-82).

40) Guerra Junqueiro, *Os Simples*, 9.^a ed., p. 25. Onze sílabas, excluída a última átona.

41) Assim, Raul de Leoni rima *Lilliput* com *lute* (cf. Camara 1953, 149). Entre as atuais abreviaturas comerciais, é interessante o título *Peg-Pag*, para um serviço de vendas em que o freguês “pega” ele próprio os artigos: é, evidentemente, mera transcrição anômala dos imperativos *pegue e pague*.

Nas sílabas travadas de interior de vocábulo, houve um processo de lenização da oclusiva de travamento pela sua redução a vogal alta assilábica, que criou uma série de ditongos em português com /i/, ou muito menos freqüentemente, /u/ (as formas com /u/ devem ter provindo de uma camada menos popular e menos antiga no romance lusitânico): *lectum* > *leito*, *conceptum* > *conceito*, *lactem* (do latim vulgar, masculino) > *leite* (com a assimilação normal do dtongo /ai/ a /ei/), *Cepta* > *Ceuta*, *actum* > *auto*.

Também, neste caso, houve numerosos empréstimos, posteriores, com sílaba interior travada por oclusiva, mormente do latim literário a partir do séc. XVI. Deve-se observar, porém, que, introduzidos pela língua escrita, eles tiveram, logo de início, uma sílaba diferente da latina: a oclusiva ligou-se à sílaba seguinte, como fonema crescente, e a sílaba, que ela travava, ficou sílaba livre.

Daí decorreu o aparecimento de um grupo silábico crescente de *muta cum muta*, que é uma inovação. Não se trata, todavia, do mesmo tipo de grupo crescente que o tradicional de *muta cum liquida*: há uma disjuntura entre a primeira e a segunda oclusiva, que cria foneticamente um ligeiro elemento vocálico intermediário. A língua padrão é instável e inconsistente no tratamento fonológico dessa realidade fonética. De um lado, temos vocábulos esdrúxulos com sílaba postônica desse tipo (*ritmico*, *técnico*, etc.) sem inovação na pauta prosódica, que seria inevitável com o tratamento do intermediário elemento vocálico como silábico⁴²; de outro lado, especialmente no Brasil, há evidência de uma nova sílaba⁴³, como, dentro da língua literária, em casos de métrica, já anotados por Sousa da Silveira (1937, 352). A tendência é eliminar a primeira oclusiva, o que é praticado amplamente

42) O acento ficaria na quarta última; o argumento é de Hall (1943). Ludtke (1952, 288) implicitamente não o leva em conta, e opina que "com isso aumenta o número de sílabas".

43) Em Portugal equivalendo até às demais sílabas átonas com [e_o], que são muito reduzidas em contraste com a sílaba tônica. No Brasil, é uma sílaba mais reduzida que todas as átonas não-finais.

na ortoépia brasileira (*fato*, por *facto*, *jato*, por *jacto*) e numa grande série de vocábulos é esta a forma canônica tanto em Portugal como no Brasil (*exceto*, lat. *exceptum*, contrato, lat. *contractum*, etc.), embora em Portugal a oclusiva figure muitas vezes na escrita como letra muda para indicar /a,e,o/ átonos abertos (§ 5).

Como quer que seja, o novo tipo de grupo consonântico também aparece em posição inicial, decorrente principalmente de empréstimos eruditos ao grego antigo: *ptose* "queda", *psique* "alma", *pneumático* (do gr. *pneuma* "espírito, sopro").

Na língua semi-popular (ou oral coloquial), não existem esses grupos. Desenvolveu-se francamente uma nova sílaba, com vogal /i/ ou, por harmonização com a sílaba tônica, até /e/, no Brasil, e em Portugal sempre [e_o]. Assim, um verbo como *ritmar*, se conjuga no presente singular *ritmo*, *ritimas*, *ritima*, de acordo com o padrão prosódico de subst. esdrúxulo em correspondência com forma verbal grave (*número*: *numero*, *fábrica*: *fabrica*, etc.) (cf. § 1).

Chegamos, assim, às seguintes constatações sobre a estrutura das sílabas em português: 1) predominância de sílabas livres — a) simples, b) com uma consoante crescente, c) com grupo consonântico crescente de *muta cum liquida*, d) com um instável e inconseqüente grupo de *muta cum muta* (a: *é*, *a (brir)*; b: *pé*, *pe (dir)*); c) *fra (co)*, *blo (co)*; d) *pto (se)*, *tme (se)*; e, da mesma sorte, em qualquer outra sílaba: (*idéi*) *a*, (*pe*) *de*, (*a*) *bre*, (*a*) *cme*); 2) sílabas travadas — a) por /r/ ou /l/⁴⁴; b) por /s/; c) por nasalação; d) por vogal assilábica (a: *ar*, *mel*; b: *ás*, *dez*, *gas (to)*; c: *lã*, *bom*, *bem*, *cam (po)*; d: *pai*, *deu*, *boi*, *mau*).

44) As sílabas com travamento de /l/ são comuns em sílaba não-final. Aí, em grande parte, são em termos de empréstimo ao latim literário; mas em grande parte também são de uma camada léxica muito antiga (*alto*, etc.), embora na evolução do consonantismo latino tenha havido freqüentemente em relação ao /l/ de travamento, em interior de vocábulo, a lenização para vogal alta assilábica, que encontramos sistematicamente com oclusiva: a vogal alta de reflexo é então /u/ (*salto* > *sauto* > *souto*, etc.); mas em *multum*, para melhor contraste com a vogal silábica, estabeleceu-se /i/ (*multum* > *muíto*); foi posterior a nasalação do ditongo por ação do /m/ inicial.

A sibilante pode se acrescentar ao travamento por nasalação ou vogal assilábica, ou ambos reunidos, estabelecendo sílabas dupla ou triplicemente travadas (*país, órfão, órfãs, orfãos*). Não se acrescenta, porém, diretamente à sílaba travada por líquida (assim, o plural de *mar* é *mares*, de *mal* é *males*, de animal é *animais*), salvo em sílaba interna, quando um morfema de sílaba travada por líquida se combina com outro que é forma presa e se inicia por *s* impuro (cf. § 11) (*perspectiva*, de *per* com a raiz *spec-*, *solstício*, de *sol* com a raiz *sti-*, isto é, *sta-* do lat. *stare*).

Dessa enumeração, resultam dois tipos silábicos novos, em português, em relação ao latim: a sílaba travada por nasalação e o sistema de ditongação ampla.

A eles reservaremos agora algumas considerações.

13. A nasalação portuguesa

Em latim havia sílaba travada por consoante nasal, como por consoante nasal, como qualquer outra consoante. Só diante de /s/ na sílaba seguinte houve, aliás muito cedo, a eliminação da nasal e a vogal ficou livre: *consul* > /kosul/, *mensis* > /mesis/. O /s/, nessas condições, ficou intervocálico e sofreu a lenização para sonora das outras consoantes surdas (cf. port. *mesa* /meza/, de *mensa*, etc.).

Com todas as outras consoantes em seguimento, a consoante nasal de travamento reduziu-se, complementando-se o travamento fonológico com uma forte nasalação da vogal. Este processo foi privativo do romance lusitânico⁴⁵⁾, em contraste com o castelhano, onde persistiu o mero travamento pela consoante nasal, como em latim.

Assim se tem a primeira origem das chamadas vogais nasais portuguesas, que, em termos fonológicos, consistem em vogal com articulatoriamente indiferenciada nasalação de travamento, em contraste com a nasalação, puramente assimilativa, sem travamen-

⁴⁵⁾ Em francês também houve uma evolução semelhante; mas com oposição entre vogal nasal e vogal com consoante nasal pós-vocálica: *bon* /bɔ̃/, masc.: *bonne* /bon/, fem. É temerária, e até gratuita, a hipótese da influência do substrato celta na nasalação em português e em francês (cf. Jungemann, 1955, 102 ss.).

to silábico, da vogal seguida por consoante nasal na sílaba contígua (cf. § 5)⁴⁶⁾.

Em posição final, como vimos (§ 12), a consoante nasal pós-vocálica foi eliminada, como sucedeu com as consoantes oclusivas. O resultado foram sílabas livres (*lobo*, de *lupum*, *crime*, de *crimen*, etc.).

Desenvolveu-se, entretanto, uma nova nasalação de travamento em sílaba final, em virtude da redução de /n/ intervocálico, que foi substituído pela nasalação das vogais que se fundiram ou se ditongaram em contacto. Sempre que isso acontece nas duas sílabas finais de um vocábulo latino, resultou em português uma vogal final com travamento nasal, aí reduzido à nasalação vocálica⁴⁷⁾: *bene* > *bēe* > *bem*, *bonu* > *bōo* > *bom*, *fine* > **fiē* > *fii* > *fim*, *unu* > *ūu* > *um*, *lana* > *lāa* > *lã*; *orphānu* > *órfão*, **pones* > *pões*.

A escrita portuguesa adotou dois meios de indicar a vogal nasal. O primeiro foi manter a letra consoante, que se usava em latim para indicar a pura consoante nasal pós-vocálica, e era *m* diante de consoante labial na sílaba seguinte (*campus*, *ambo*) e *n* diante de consoante de outro tipo (*legenda*, *sanguis*). O segundo foi aproveitar o diacrítico chamado "til" (~), sobreposto à letra vogal, que era de início uma abreviação do *n* de que lançavam mão os copistas medievais⁴⁸⁾. Afinal fixou-se a praxe de escrever *m* ou *n* (pelo critério latino) em sílaba interna ou em sílaba final com *a*, *i*, *o*, *u*, reservando-se o "til" para *a* final ou ditongo.

Em referência à sua natureza fonética, a vogal nasal final portuguesa é em princípio ditongada; a observação que fez Nobiling,

⁴⁶⁾ Ficou um resíduo de consoante nasal pós-vocálica diante de oclusiva, pelo menos, da sílaba seguinte; depois dele é que incide a fronteira silábica, ao contrário do que afirmou gratuitamente Hall (1943). Uma pesquisa de fonética experimental recente surpreende também o resíduo consonântico nasal diante de outras consoantes (Lacerda-Head, 1963).

⁴⁷⁾ Quando, como aí, falta o resíduo consonântico nasal, considerado como a consoante de travamento, pode-se dizer que está reduzido a zero (ϕ), tornando-se então fonologicamente relevante a nasalação vocálica; mas é preferível ver essa relevância na ligeira ditongação da vogal nessas condições, cujo cerramento final equivale a um travamento nasal.

⁴⁸⁾ O til também era usado, aliás, como abreviatura de *r* e de *q*.

neste sentido, para a pronúncia brasileira de São Paulo (Nobiling, 1904, 139-52), pode perfeitamente ser generalizada. Foneticamente, temos [sij̃(n)], [uuj̃(n)], [boũ(n)] e mesmo [aɛ̃(n)] com um fechamento da parte final da vogal baixa. O fenômeno foi observado e enfatizado em relação a /e(n)/ nasal. Assinalou-se aí um ditongo (fonético) [ej̃(n)] em português e [ej̃(n)] na pronúncia padrão do português europeu.

Fonologicamente, entretanto, não há no Brasil um ditongo /ej̃(n)/ pois não há a vogal nasal, não-ditongada, com que ele possa contrastar e criar oposição distintiva. O caso de /e(n)/ nasal é o mesmo de /i(n)/, /u(n)/, /o(n)/ e até /a(n)/ com uma ditongação condicionada pelo travamento nasal: há uma ligeira vogal assilábica, homorgânica da vogal silábica, necessariamente. Por isso, os verdadeiros ditongos com travamento nasal são os que têm vogal assilábica heterorgânica da vogal silábica; aí, há contraste e oposição distinta entre ditongo e vogal simples: *órfão*: *órfã*, *irmão*: *irmã*, *mãe*: (*ir*) *mã*, *põe*: (*po*) *po*, *muito*: *unto* (ou, ainda mais expressivo, *ruim* /rui(n)/, variante brasileira de *ruim*, agudo, e *rum*, uma bebida alcoólica).

No português padrão europeu, a situação é algo diferente. Há a coalescência de /e(n)/ com /ai(n)/, e, nestas condições, o que falta fonologicamente é a vogal média anterior nasal /e(n)/.

Essas considerações só se aplicam a vogal final. Nas sílabas tônicas não-finais e nas pretônicas, não há ditongo fonológico⁴⁹⁾ nem há ditongação fonética; e tem-se cinco vogais de travamento nasal (com um resíduo consonântico), quer em Portugal, quer no Brasil: /a(n)/, /e(n)/, /i(n)/, /o(n)/, /u(n)/. Em posição inicial absoluta, entretanto, a oposição entre /e(n)/ e /i(n)/, átonos, é lábil na pronúncia normal dos dois países e num estilo articulatório corrente /e(n)/ conflui para /i(n)/.

14. Os ditongos em português

Apreciemos agora a questão dos ditongos em português.

⁴⁹⁾ Salvo /ui(n)/ em *muito*, citado acima e cuja origem foi explicada na nota 44.

Vimos que em latim não havia praticamente ditongos, salvo o caso do ditongo decrescente *au*, que oscilava com *o*, e do ditongo crescente *qu*, se não era um mero /k/ labializado (cf. nota 36).

O romance lusitânico consolidou o uso de *au*; os exemplos esporádicos de *o* (*paupere* > *pobre*) devem ser formas trazidas do latim vulgar de Roma para a província. Este ditongo /au/ evoluiu, por assimilação, para /ou/. Com os empréstimos ao latim literário, principalmente a partir do séc. XVI, reintroduziu-se em português como /au/; donde os *doublets* — *causa e cousa*, o adjetivo *dureo* correspondendo ao substantivo *ouro*, etc.

O sistema de ditongos decrescentes portugueses é assim, quase todo, de origem românica. Esses ditongos resultaram de diversos processos de evolução românica.

Em primeiro lugar, a predominância do acento, que caracteriza o latim vulgar, como vimos (§ 12), estabeleceu um forte contraste entre a sílaba tônica e as átonas. A consequência foi a ditongação da vogal silábica tônica com a vogal silábica a ela contígua, em hiato, porque esta se reduziu e se subordinou estreitamente àquela. Dáí os dissílabos do latim clássico do tipo *deus*, *fuit*, *fui* terem dado ditongos nossos decrescentes do tipo /deus/, /foi/, /fui/⁵⁰⁾.

Ligada mais especificamente à evolução fonética e fonológica do romance lusitano é a ditongação resultante do esvaimento de certas consoantes sonoras intervocálicas. Se a segunda vogal era média ou alta, e átona, a sua subordinação à precedente criou igualmente ditongo decrescente: *malu* > *mau*, *caelu* > *céu*, *dedi* > *dei*, *magis* > *mais*, e assim por diante.

Temos, finalmente, o processo da redução das oclusivas de travamento de sílaba, em posição não final, com a passagem a vogais assilábicas /i/ ou também /u/ (§ 12): *lectu* > *leito*, *octo* > *oito*, *actu* > *auto*, *salto* > *sauto* > *souto*, etc.

⁵⁰⁾ Em latim clássico, a vogal em hiato era necessariamente breve; mas em latim vulgar subsistiu *fūi*, de acordo com a raiz indo-européia *bheu*, donde uma forma românica *fu-* ao lado de *fo-*. Assim se explica a oposição morfológica portuguesa *fui* : *foi* (cf. Camara, 1964, 286).

É já da fase intermediária entre o período arcaico e o moderno, dentro do português, a ditongação por divergência das geminadas /ee/ pela queda de /d/ intervocálico, como reflexo de /t/ latino, ocorrida limitadamente na desinência de 2.^a pessoa plural dos verbos: *sabees* (de *sabedes*) > *sabeis*. O fato também se deu com formas verbais esdrúxulas (*amásedes* > *amásées* > *amáséis*), por onde aliás deve ter começado (num ambiente fonético propício a um /d/ particularmente débil), determinando o aparecimento de /ei/ átono, como antes sucedera com os plurais de adjetivos (*facíles* > *facees* > *fáceis*)⁵¹.

Assim se constituiu o sistema de ditongos decrescentes tônicos da língua portuguesa, em que falta /oũ/:

/iũ/	(riu)	
/eũ/	(deu)	/eĩ/	(dei)
/eũ/	(céu)	/eĩ/	(anéis)
/aũ/	(mau)	/aĩ/	(pai)
.....		/oĩ/	(dói)
/oũ/	(sou)	/oĩ/	(boi)
.....		/uĩ/	(fui)

Como não há consoantes constrictivas /y/ (como no alemão *jemand*) ou /w/ (como no inglês *war*), mas apenas /i/ e /u/ assilábicos, como variantes posicionais de /i/ e /u/ respectivamente, é estrutural a existência de um único ditongo para os silábicos /i/ e /u/.

A ausência, entretanto, de /oũ/ é uma assimetria. Talvez seja essa assimetria a força estrutural, para melhor equilíbrio do sistema, que propicia a monotongação para /o/ do ditongo /oũ/ na língua padrão tanto de Portugal como do Brasil, embora a língua escrita persista em ignorar o fenômeno. Outra solução para desmanchar a assimetria foi a passagem de /oũ/ para /oĩ/, que atingiu uma larga série de vocábulos, especialmente no português europeu (*ouro* > *oiro*, etc.):

51) É praticamente o único caso de ditongo decrescente átono final; pelo seu padrão pautou-se o empréstimo *jóquei* (ing. *jockey*).

Em áreas dialetais do Brasil, o sistema de ditongos foi afetado ainda pela ditongação condicionada por /s/ de travamento. É o que sucede no Rio de Janeiro, onde não há oposição distintiva entre /as/ e /ais/, /es/ e /eis/ e assim por diante, em proveito do ditongo (a língua literária incorporou em si essa supressão de oposição fonológica e tornou canônicas rimas como *Satanás* e *ais*, *luz* e *azuis* etc.). A conseqüência fonológica importante não é a supressão da oposição em si mesma, mas a perda de *status* para /eĩ/, que no vocabulário português só aparece travado por /s/ (mas ver III nota 18).

Por outro lado, diante de consoante chiante na sílaba seguinte, tem-se alternado entre ditongar a vogal (cf. *peixe*, de um antigo *pexe*, e formas populares de língua escrita como *feicha*) e, ao contrário, reduzir o ditongo a vogal simples (o último processo é o que se consolidou na pronúncia normal do Brasil). De qualquer maneira, há a supressão fonológica do ditongo, pois cessa a sua oposição distintiva com vogal simples.

Toda a nossa interpretação dos grupos de vogal tônica com vogal átona alta como constituindo ditongos decorre, em verdade, da sua oposição com vogal tônica simples, e da circunstância fonética de que esses grupos são acusticamente percebidos como sílaba única, de enunciação equivalente de vogal com consoante de travamento. A métrica, por exemplo, na língua literária, os trata como uma só sílaba. É lícito procurar verificar ainda, porém, se há contraste entre esses grupos e outros, dissilábicos, com as mesmas vogais. As gramáticas portuguesas, em regra, opõem os grupos com a vogal alta átona e aqueles em que ela é tônica e é átona, ao contrário, a primeira vogal: *sai*, 3.^a pessoa do presente: *sai*, 1.^a pessoa do pretérito, etc. Mas é claro que aí a diferença prosódica estabelece ambientes fonológicos distintos. Mais convincentes são os contrastes do tipo — *rio* /rĩu/, “substantivo ou 1.^a pessoa presente de *rir*; *riu* /rĩu/, 3.^a pessoa pretérito do mesmo verbo; *a Rui* /ãrui/ (em resposta, por exemplo, a uma pergunta: “a quem dou o livro?”): *arrue* /ãrui/ (subjuntivo do verbo *arruar*), ou entre indicativo da 3.^a conjugação e subjuntivo da 1.^a — (*in*) *tui* /tui/, verbo *intuir*: (*a*) *tue* /tue/, verbo *atuar*. Tais contrastes são firmes em certas regiões, como especial-

mente a do Rio de Janeiro. Noutras regiões de Portugal e do Brasil, o hiato /iu/, escrito *-io* confluiu no ditongo, e em Portugal a desinência de subjuntivo da 1.^a conjugação é com [e_o] e desaparecem as condições para uma oposição /i/ : /ĩ/.

Fica-se assim, unicamente, com um critério auditivo, fonético, para levar em conta ditongos decrescentes em português e não considerar tais grupos vocálicos dissilábicos.

Em referência aos grupos átonos, a situação é análoga, e aí, quando o vocábulo é derivado de outro, onde a vogal alta era tônica, há a possibilidade de uma variação livre para um hiato fonético, de que se vale a língua literária na sua métrica tradicional (*tra-i-ção*, verbo *trair*, ao lado de *tra-i-ção*; etc.).

Resta a controvertida questão dos ditongos crescentes.

Não há quadro desses ditongos, análogo ao que encontramos para os decrescentes.

Há um ditongo crescente com /ũ/, depois de consoante oclusiva velar (que, quando surda, é escrita então com a letra *q* : *quadro*, *freqüente*, etc.). É uma herança latina, que se mantém funcional em português através de oposições como — *quais* /kuais/ : *coais* /kuais/. Mas vimos como, desde o latim, há sobre ele o debordamento da oclusiva diretamente ligada ao silábico (cf. as variações *cota* e *quota*, *cociente* e *quociente*, *q(u) estão*, *liq(u) ido* e *liquido*).

Fora daí, o que vigora é a variação livre, quer com a segunda vogal tônica, quer átona (são assim, indiferentemente, monossílabo ou dissílabo *real* /rial/, trissílabo ou polissílabo *piedade*, dissílabo ou trissílabo *suave*, e assim por diante). A pronúncia em *allegro* de Portugal torna mais usual o ditongo, mas o contrário se dá ao Brasil.

Também é fonologicamente irrelevante o tradicional debate sobre a silabação dos grupos átonos finais /iu/, /ia/, /ua/ (*vário*, *vária*, *niveo*, *nivea*, *tábua*, *mágoa*); foneticamente a debilidade da parte átona final torna muito precária uma pronúncia em duas sílabas⁵²).

52) Para *-uo* (*assíduo*) há uma pronúncia coloquial /u/ simplesmente, e outra, formal, em duas sílabas /uu/. Para *-ie*, no Brasil, a situação é análoga (/ii/, /i/); em Portugal *-e* final é [e_o].

Do ponto de vista fonológico, a língua portuguesa continua, portanto, a situação latina, só com um único e especial ditongo crescente.

Transitoriamente se estabeleceu em latim vulgar uma série de ditongos crescentes, onde o latim clássico tinha um hiato de vogal média ou alta, átona ou tônica, com outra vogal: *palea* (*pa-lē-a*), *ciconia* (*ci-co-nī-a*), *mulierem* (*mu-li-ē-rem*), *aviolum* (*a-vi-ō-lum*), *parietem* (*pa-ri-ē-tem*), *battuere* (*bat-tu-ē-re*). O processo evolutivo foi a passagem da primeira vogal a assilábica, havendo, quando ela era tônica, o deslocamento do acento para a vogal seguinte: /palia/, /kikonīa/, /mulière/, /aviólu/, /pariēte/, /battuēre/. E daí, uma série de ditongos crescentes.

Cedo, porém, o romance lusitânico eliminou a nova estrutura silábica. Houve, para isso, dois sentidos de mudança. Quando a consoante que abria a sílaba do ditongo era /l/, /n/, /t/, /d/, /s/ ou (saído de /s/ intervocálico) /z/, a vogal assilábica /i/ foi absorvida na consoante, cuja natureza com isso se modificou: /l/ e /n/ tornaram-se molhadas (*palha*, *cegonha*, *mulher*); /t/ passou a uma constrictiva, surda nas camadas menos antigas e menos populares do léxico e sonora nas mais antigas (cf. *ração*, ao lado de *razão*, de *ratione*) confluindo afinal com as sibilantes /s/ ou /z/; /d/ se transformou na chiente sonora (*hodie* > *hoje*); /s/, formando o grupo /sj/, produziu a chiente surda, ou, sendo intervocálica, a sonora (*passione* > *paixão*, *caseu* > *queijo*). Quando, ao contrário, a consoante que abria a sílaba era de outro tipo, ou a vogal assilábica era /u/, havia simplesmente a eliminação da vogal assilábica (*avó*, *parede*, *bater*).

15. Ligação por sândi

Resta uma observação final.

Dentro de um grupo de força, os vocábulos em português são reunidos por sândi, e, daí, há ligação, como se fossem formas presas de um único vocábulo. Esse tipo de enunciação altera, necessariamente, a estrutura das sílabas finais dos vocábulos (com a exclusão do último), quando terminam em consoante, e o seguinte começa em vogal.

Nome = subst. e adj.

pta prova - 12/6/78

O subst. é núcleo de frase

O adj. n. e incl. ali depen. de i concorda c/ o subst.

A consoante final de travamento passa a funcionar na sílaba seguinte, que se torna de consoante pré-vocálica, e deixa livre a sílaba em que se achava no vocábulo isolado; ex.: *mar alto* (ma-ral-to), *sol ardente* (so-lar-den-te), *paz armada* (pa-zar-ma-da). Têm-se então, /r/ brando intervocálico, ou /l/ intervocálico, em vez da variante pós-vocálica velar ⁵³, /z/ em vez de /s/ (que, pós-vocálico, na maioria dos territórios de língua portuguesa é de realização chiante).

Há, além disso, grupos fonêmicos, que não figuram na fonologia vocabular.

É só então, com efeito, que aparecem /ss/ e /rr/ geminados ⁵⁴: *mar Roxo* diz-se /mar-roxo/ (há, por exemplo, oposição distinta entre *ar roxo* e *arrocho* "pau de apertar cordas"); *paz sólida* diz-se /passólida/, em contraste com *pá sólida* /pasólida/. Com -i ou -e tônico nasal, o ditongamento final nasal (/i(n)/) se desenvolve num ligeiro /n/, que faz sílaba com a vogal inicial seguinte (*vim aqui* /viŋaki/, *nem uma* /neɲuma/), enquanto com as demais vogais de travamento nasal não há ligação (*manhã alta* /maɲa(n)alta/, *bom homem* /bo(n)ome(n)/, *algum urso* /algu(n)ursu/). As vogais átonas orais, ao contrário, ficam em ligação, craseando-se ou ditongando-se, conforme são iguais ou diferentes: *campa ardente* /ka(n)parde(n)ti/, *campo ardente* /ka(n)puarde(n)ti/, *sede ardente* /seɲiarde(n)ti/. Basta uma delas ser tônica, porém, para se estabelecer, sem ligação, uma seqüência em hiato (*campa alva* /ka(n)paalva/, *campo alvo* /ka(n)pualvu/), de sorte, que, no caso de vogais iguais, se passa a ter uma geminação vocálica inadmissível em interior de vocábulo. Isso no português brasileiro; no europeu intervém o processo da elisão, que suprime ditongos (*sed'ardente*) e até cria sílaba intermediária em vez de geminação (*camp'alva*), pelo menos em certas situações estilísticas.

53) Nos sistemas dialetais em que /l/ de travamento foi substituído por /u/, a situação é evidentemente outra.

54) A geminação de letras na escrita é um recurso gráfico para indicar /s/ e /r/ entre vogais (*passo* /pasu/, *erro* /erũ/).

III

MORFOLOGIA NOMINAL

I. CATEGORIAS NOMINAIS E SUA EXPRESSÃO

1. O nome em latim

A língua latina reunia sob um conceito amplo de nome as duas classes de palavras chamadas "substantivos" e "adjetivos". A diferença entre elas era fundamentalmente de emprego sintático. Os substantivos eram nomes em função de centro (ing. *head*) de uma construção sintática dentro da oração. Os adjetivos eram nomes que se reportavam aos substantivos e indicavam essa dependência pela sua "concordância" com o respectivo substantivo, isto é, uma apresentação, por desinência, das mesmas categorias de caso, de número e de gênero, que o substantivo possuía implícita ou explicitamente.

Assim, numa construção de sujeito, o respectivo substantivo, centro da construção, estava no caso nominativo e podia ser acompanhado de adjetivo no mesmo caso. Referindo-se a um indivíduo ou a mais de um indivíduo ¹⁾, apresentava-se respectivamente no "número" singular ou no plural; e o mesmo número cabia ao adjetivo que o acompanhasse. Além da frase particular em que se achava, mas de maneira constante, paradigmaticamente, o substantivo pertencia a um dos três gêneros — masculino, feminino ou

1) O conceito de um indivíduo ou mais de um indivíduo, a que correspondem a divisão do número nominal em singular e plural, é de caráter cultural e lingüístico, unicamente. Em qualquer cultura um ser humano, ou um ser animal, é considerado um só indivíduo; mas o mesmo não se pode dizer de qualquer conceito a que um dado substantivo se reporte (assim, em latim uma cidade podia ser concebida como uma pluralidade e ter o seu nome no plural obrigatoriamente).